

Área Temática: Brasil Império
TERRAS, FAZENDAS E FORTUNAS RURAIS EM ALFENAS, MG (1850-1880)

Marcos Lobato Martins
(UNIFAL-MG, lobatohistoria@hotmail.com)

Resumo: A região do Sul de Minas, hoje conhecida como a principal área cafeeira do país, era, no decurso do século XIX, zona destacada de agricultura de abastecimento. A criação de gado e a produção de mantimentos eram as principais atividades econômicas regionais. A cafeicultura, introduzida em meados do século XIX, promoveu gradual modificação do cenário regional. Porém, esta transição para a agricultura de exportação, que ocorreu na virada para o século XX, ainda é pouco conhecida, especialmente no que se refere às alterações nos sistemas agrários e na composição das fortunas dos proprietários. A análise deste processo no antigo município de Alfenas é o objetivo deste artigo. As fontes utilizadas são inventários e documentos cartorários.

Palavras-chave: Propriedades e fortunas rurais, Alfenas, Sul de Minas.

Abstract: The region of South of Minas, that today knew as principal coffee area of the country, was detached zone of the diversified agriculture in nineteenth century. The cattle breeding and the food production were main regional economic activities. The coffee, introduced in second half of the nineteenth century, promoted gradual modification in the regional scene. However, this transition for export agriculture, that occurred in the turn for twentieth century, is yet little know, specially in reference to transformations in the agrarian systems and in the composition of the proprietors' fortunes. The analysis this process in Alfenas municipality is the aim of this paper. The founts utilized are inventories and registry documents.

O objetivo deste texto é fazer considerações preliminares referentes à fase inicial da cafeicultura na região do Sul de Minas, dialogando com questões presentes na historiografia mineira e brasileira a partir da análise de escrituras e procurações, encontradas no Cartório do 1º Ofício da Comarca de Alfenas, e de inventários pertencentes ao acervo do antigo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. A escolha do antigo município de Alfenas se justifica porque, conforme o **Almanach Sul Mineiro para 1874**, ele figurava como um dos lugares onde a cafeicultura era mais destacada, ao lado de Camanducaia (antiga Jaguary) e Pouso Alegre. A propósito, pode-se ler no referido almanaque:

Nota-se nos quintais das casas grande plantação de café que produz abundantemente, sendo certo que, embora fato singular, colheu-se de um pé dessa planta a extraordinária quantidade de sete alqueires e três quartas de grãos, que correspondem a mais de três arrobas. Isto mesmo consta do arquivo municipal, onde o fato ficou autenticado. Adaptando-se o terreno de todo o termo a essa plantação, vai ela tendo bastante desenvolvimento (**Almanach Sul-Mineiro para 1874**, p. 32).

Trata-se, portanto, de exploração inicial da referida documentação orientada por duas questões: a) Quando, por quem e como a cultura comercial do café começou a ganhar relevância nas terras do município de Alfenas e cidades mais próximas? b) Quais transformações a entrada do café nas fazendas de Alfenas provocou no uso das terras e dos recursos econômicos disponíveis aos proprietários?

Ao atentar para as possíveis especificidades existentes no Sul de Minas, este texto propiciará a retomada do debate historiográfico sobre temas importantes da história

econômica e social, na perspectiva dos estudos regionais que favorecem a comparação entre espaços distintos, do que muitas vezes resulta a revisão de teses consagradas, o questionamento e a crítica de narrativas e interpretações dominantes (GOUBERT, 1992).

Da agricultura de abastecimento à cafeicultura

Caio Prado Jr (1972) assinalou a importância da agricultura mercantil de abastecimento nas regiões sul-mineiras no fim do século XVIII e início do século XIX. É bastante conhecido o trecho em que o historiador paulista escreveu:

Reúne-se neste sul de Minas um conjunto de circunstâncias muito favoráveis à criação de gado; e logo que a região começa a ser devassada pelos exploradores do ouro, inicia-se paralelamente uma atividade rural em que se destacará a pecuária. Esta chamará a si, aos poucos, o mercado próximo que os centros mineradores em formação lhe vão proporcionando. (...) O sul de Minas suprirá em seguida, e substituirá, afinal, os fornecedores do Rio de Janeiro: os Campos dos Goitacases e os mesmos Campos-Gerais citados. (...) É em 1765 que descem para o Rio de Janeiro os primeiros gados da nova proveniência. Até São Paulo, vizinho embora dos Campos meridionais, se abastecerá em Minas (PRADO JR., 1972, p. 198).

Na linha de Caio Prado Jr. segue o trabalho de Alcir Lenharo (1979), estudo clássico sobre a região. Lenharo sustentou que, entre 1808 e 1842, o Sul de Minas foi o principal abastecedor do mercado carioca, para o qual produzia e exportava grande quantidade de gado em pé, além de porcos, galinhas, carneiros, toucinhos, queijos e cereais. Conforme Lenharo, a região abrigava figuras componentes de uma elite rural que alcançou prestígio social e político nas primeiras décadas do século XIX, participando ativamente do processo de independência do Brasil. As atividades destes proprietários, relacionadas ao abastecimento da Corte, possibilitaram a construção de redes sociais que os inseriram nos círculos políticos ligados à construção inicial do Estado brasileiro.

Para Robert Slenes (1985), o Sul de Minas oitocentista era capaz de gerar renda expressiva graças à agricultura de abastecimento e ao avanço da lavoura cafeeira, renda esta que, além de estimular a demanda interna, possibilitou à região importar grande número de escravos entre 1870 e 1880. Douglas Cole Libby (1988) também ressaltou o dinamismo da economia sul-mineira no decurso do Oitocentos, vinculando-o estreitamente com a produção agropecuária e a indústria doméstica de tecidos. Por sua vez, Afonso de Alencastro Graça Filho (2002) estudou detalhadamente a praça mercantil de São João Del Rei e suas vinculações com o Rio de Janeiro, realçando o dinamismo dos homens de negócio daquela

cidade e sua influência sobre vastas áreas da Província de Minas Gerais, especialmente o Oeste e a Zona da Mata.

No entanto, a partir dos anos 1870, esse perfil regional começou a ser alterado pela introdução da cafeicultura. Nesse novo contexto, o Sul de Minas adquiriria, nas primeiras décadas do século passado, lugar proeminente na economia e na política mineira (LIMA, 1981). Há autores que sugerem que a cafeicultura sul-mineira é simples projeção da cafeicultura do Oeste Paulista, caso de Paul Singer (1968). Este autor acredita que a cultura sulina originou-se do Vale do Paraíba paulista, expandindo-se por Jacuhy, Aiuruoca, Baependi e Santa Rita do Sapucaí. Singer assinala o ano de 1809 como a data de início das exportações sul-mineiras de café pelo porto de Santos. Dele diverge, todavia, Daniel de Carvalho, estudioso mineiro para quem o café no Sul de Minas teria sido introduzido através do Caminho Novo, poucos anos após sua entrada na Zona da Mata (*apud.* BARBOSA, 1972, p. 221). Para Carvalho, até 1826, a produção de café no Sul de Minas era insignificante e não dava para o consumo local. O trabalho de João Heraldo Lima (1981), que estuda as relações entre cafeicultura e industrialização na Zona da Mata mineira, contém algumas observações sobre a lavoura cafeeira no Sul de Minas. Uma delas diz respeito à reduzida participação da região no total das exportações mineiras de café pelo porto de Santos, nos anos 1890. Conforme Lima, até o início do século passado, a Zona da Mata representou mais de dois terços da produção cafeeira de Minas Gerais. Outra observação de João Heraldo Lima, anotada sem maiores explicações, sugere que a cafeicultura sul-mineira teria sido projeção da cafeicultura do Oeste Paulista. Nas palavras do autor:

A expansão da fronteira [do café além da Zona da Mata] também esbarraria em um sério obstáculo. Na medida em que se dirigisse para o centro ou para o norte do Estado logo se depararia com a aridez das áreas mineradoras. Poderíamos pensar numa expansão em direção ao sul do Estado. Entretanto, dada a proximidade dessa região com São Paulo, seria difícil imaginar um deslocamento das bases de acumulação para o sul de Minas em função dos elevados níveis em que ela se processava no Oeste paulista neste período (LIMA, 1981, p. 18).

Em contraste com a posição de João Heraldo Lima, Roberto Borges Martins e Maria do Carmo Salazar Martins (1994) sugerem que a cafeicultura sul-mineira teria sua expansão associada à desorganização da produção na Zona da Mata mineira, em decorrência da abolição da escravidão. Posição que tanto implica na idéia de predomínio do trabalho livre nos cafezais do Sul de Minas quanto na permanência, até bem adiantado o século XIX, do sistema agrário típico da agricultura mercantil de abastecimento. Para Filletto (2000), nem

Lima nem os Martins têm razão. Haveria dois vetores distintos relacionados à introdução da lavoura cafeeira no Sul de Minas, cujos resultados teriam sido modestíssimos até fins do século XIX. Conforme este autor, a trajetória da cafeicultura dos vales dos rios Sapucaí, Lourenço Velho, Verde e Grande seria dependente do Rio de Janeiro; já a cafeicultura do vale do Rio Pardo, altiplanos de Poços de Caldas, médio e baixo vale do Rio Grande e vale do Camanducaia seria dependente de São Paulo. Todas essas suposições carecem de comprovação empírica, baseada no exame de volumosa documentação local.

As referências ao café nas obras de memorialistas da região não ajudam muito a esclarecer os problemas mencionados (REBELLO, 2006; SOARES, 1940). Os textos memorialísticos convergem no sentido de apontar as décadas de 1860 e 1870 como período de introdução da lavoura cafeeira no Sul de Minas. Moacyr Brêtas Soares (1940), autor de crônica histórica de Muzambinho, assinala, em primeiro lugar, que o café foi introduzido naquela localidade na década de 1840. Conforme suas palavras:

Além de Pedro de Alcântara Magalhães, outro fazendeiro em evidência era José Alves do 'Cafesal'. As aspas do seu último nome são sugestivas. Foi ele quem primeiro cuidou do plantio do 'ouro verde', doze anos antes da fundação de São José da Boa Vista [ocorrida em 1852]. Foi por iniciativa sua que ali se plantaram os primeiros pés da fanatizante rubiácea – a monocultura de que cuidaram os brasileiros até há bem pouco tempo. José Alves do 'Cafesal' serviu-se de sementes que adquirira na Zona da Mata (...) para formar sua lavoura de café (SOARES, 1940, p. 20).

Este memorialista sugere também que o café, inicialmente cultivado em fazendas com muitos escravos, gradualmente deslocou para posição secundária tanto a pecuária quanto a produção de cana e mantimentos (SOARES, 1940, p. 11-12), transformando-se, nos anos 1880, na atividade predominante na região. Em direção semelhante aponta o trabalho de Ricardo Moreira Rebello (2006), corografia referente ao município de Machado. Conforme Rebello, na década de 1870 já existiriam, apenas na freguesia de Machado, 220 mil cafeeiros plantados por proprietários locais, com exportação para Rio de Janeiro e São Paulo. Para Maria Lúcia Prado Costa (2002), a expansão do café em várias regiões do sul da Província de Minas Gerais, sobretudo nos municípios de Alfenas e Pouso Alegre, teria ocorrido em finais dos anos 1860 e começo da década de 1870, por meio de investimentos em cafezais de porte considerável, realizados por destacados fazendeiros há muito tempo estabelecidos nas terras sul-mineiras. Ela sugere, portanto, duas coisas: a rápida e consciente especialização produtiva

e o financiamento endógeno da cafeicultura, apoiado em movimento anterior de acumulação na agropecuária regional.

Na historiografia brasileira, há, por assim dizer, “modelos” diferentes para a trajetória da cafeicultura no Sudeste. No caso do Vale do Paraíba fluminense, Stanley Stein (1990) e João Fragoso (1992) mostraram que o café foi introduzido por famílias enriquecidas no comércio de “grosso trato” e na mineração. Nesta região pioneira da cafeicultura de larga escala, a rubiácea foi cultivada em grandes propriedades e com uso de escravaria numerosa, deslocando violentamente os posseiros e sitiantes que ocupavam a região. Para o caso do Vale do Paraíba paulista, Marcondes (1998) mostrou que o café começou como lavoura secundária entre pequenos e médios proprietários voltados para a produção de alimentos – uma estratégia de diversificação das atividades desses proprietários. Porém, com o êxito da cafeicultura fluminense, grandes proprietários paulistas assumiram a liderança da lavoura de café no Vale do Paraíba em São Paulo, promovendo, então, a especialização produtiva regional. No Centro e no Oeste Paulista, conforme Dean (1977), Nozoe e Motta (1994), a cafeicultura foi introduzida por grandes proprietários vinculados anteriormente aos negócios com gado e cana-de-açúcar, de modo que novo sistema agrário, baseado em latifúndios e volumosa escravaria, teria se constituído nessas regiões, que, a partir de 1870, caminharam rapidamente para a liderança do setor. Dean assinala também a participação importante de cabedais oriundos de São Paulo e do Rio de Janeiro no financiamento da cafeicultura da zona de Rio Claro. Por sua vez, Mônica Ribeiro de Oliveira (2005) estudou o caso da Zona da Mata mineira, mostrando que a cafeicultura foi implantada por grandes proprietários, originários dos termos de Barbacena e São João Del Rei. Os cafezais foram implantados com capitais acumulados anteriormente nas atividades de abastecimento, sendo reduzida a participação de financiamentos da praça carioca. Ao redor de Juiz de Fora, grandes fazendas – que empregaram muita escravaria e tropas de muares para a produção e o transporte de café – conservaram roças e criações de animais para auto-abastecimento e conviveram com fazendas voltadas para a produção de mantimentos. Dessa forma, na Zona da Mata mineira surgiu sistema agrário diferenciado tanto do Vale do Paraíba quanto do Oeste Paulista.

Esta rápida revisão da historiografia referente ao café e ao Sul de Minas evidencia que há muito a ser esclarecido sobre as transformações que afetaram o campo na região, durante a segunda metade do século XIX, especialmente quanto à introdução e expansão dos cafeeiros e aos deslocamentos e acomodações que essa atividade de exportação provocou na paisagem agrária regional.

A ocupação oitocentista das terras de Alfenas

O atual território do município de Alfenas recebeu colonos pioneiros no último quartel do século XVIII. Entre eles destacaram-se o Alferes José Martins Borralho e seus irmãos, que fundaram a Fazenda Boa Vista, e o Alferes Domingos Vieira e Silva, que ergueu a Fazenda Campo Redondo, dotada de grande engenho (com moendas tocadas por roda d'água), alambique e engenho de serra (CARVALHO, 1998).

Estes pioneiros participaram no erguimento de pequena ermida dedicada a Nossa Senhora das Dores, em 1799. Anos depois, no lugar desta ermida, surgiu, em 1801, a Capela de São José e Nossa Senhora das Dores. Em 1805, terrenos ao redor da capela, medindo mais de 200 alqueires, foram doados para o patrimônio do templo por Francisco Siqueira Campos e sua mulher Floriana Ferreira de Araújo (VIEIRA, 2008). Começou, então, a abertura de ruas e praças, bem como a construção de edificações no denominado Bairro do Sapucaí, que recebeu habitantes originários de Campanha da Princesa, São Gonçalo da Campanha, Caldas e Jacuí, atraídos pelas notícias de que ali existiam fartas pastagens, águas e clima ameno (AYER, 1986).

As vastas terras circundantes da Capela de São José e Dores foram ocupadas por sesmarias e numerosas posses. Na primeira metade do século XIX, imensas propriedades dominaram o cenário rural. Algumas destas grandes fazendas tiveram seus nomes registrados nas crônicas locais. Caso da Pedra Branca, latifúndio de mais de mil alqueires de terra, localizado no atual município de Campos Gerais, cujo senhor foi o Alferes Domingos Vieira e Silva (VIEIRA, 2002, p. 97). Já o Tenente Coronel Antônio Joaquim Pereira de Magalhães, abastado fazendeiro com interesses em Campanha e na freguesia de Cabo Verde, possuía grande propriedade, próxima à povoação de São José e Dores, que, conforme a contagem de população de 1831, abrigava 24 escravos trabalhando em lavouras de cana e mantimentos. O Capitão-Mor Marco Aurélio de Souza Magalhães, deslocando-se de São João Del Rei, fundou, em Machado, a Fazenda Espírito Santo: sesmaria de 50 mil hectares que lhe fora doada por D. Pedro I. Nesta fazenda, a criação de gado, a lavoura de cana e a produção de mantimentos foram atividades principais. Seu filho, o Tenente Coronel Azarias Pio de Souza Dias, introduziu pastagens artificiais na propriedade, realizou o plantio dos primeiros cafeeiros na região e organizou uma sociedade exportadora de gado e toucinho para a Corte (CARVALHO, 1985, p. 46). Por sua vez, o Capitão Custódio José Dias, líder político

destacado no Primeiro Reinado, era dono das fazendas da Cachoeira e do Centro, ambas localizadas em Machado, nas quais tocava engenho e criava gado, exportando para o Rio de Janeiro.

Nos interstícios destes latifúndios, existiram numerosas propriedades rurais menores, exploradas por famílias que gravitavam em torno dos poderosos sesmeiros que integravam a aristocracia rural sul-mineira. A tabela seguinte dá idéia da variedade de tamanhos das fazendas de Alfenas:

Tabela 1: Tamanho (em alqueires) de “terras” no município de Alfenas¹

Tipo	Local da “terra”	Proprietário	Tamanho
Grande	Fazenda Gambá	Francisco de Souza Freire	1.000
	Faz. Cascalho	Pe. Venâncio José de Siqueira	300
	Faz. Campo Redondo	Antônio Joaquim Vieira	c. 250
	Faz. Boraias	Joaquim Oliveira da Silva	150
	Faz. Rio Claro	Rafael Silveira de Andrade	132
	Faz. Água-Morta	Manoel Antônio Marques	100
Média	Faz. Felix João	Manoel Silvério da Silva	92,5
	Faz. Olaria	José Martins Alfenas	70
	Faz. Anhumas	João Batista da Costa	69
	Faz. Morro do Pito	José Ferreira Rocha	60
	Faz. Tejuco Preto	José Tomás de Aquino	50
	Faz. Palmeiras	Antônio José de Albuquerque	49
	Faz. Ribeirão de São Pedro	Rosário Maria da Lapa e filhos	30
	Faz. Fortaleza do Rio Claro	Vicente Gonçalves Rocha	25
	Faz. Olaria	Joaquim Goularte de Andrade	20
Pequena	Faz. Pedra Branca	Felícia Vieira da Silva	10
	Faz. Serra Negra	Carlos José de Azevedo	9
	Faz. Mandaçaia	Maurício da Costa Neves	6
	Pasto valado em Alfenas	Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho	5
	Faz. Turvo	José Benjamim Gonçalves Cintra	4,5
	Faz. Boavista	Francisco José de Magalhães	4
	Faz. Espreado	Joaquim Antônio de Paiva	3
	Chácara em São Joaquim	Antônio Gabriel Ferreira	1,5

Fonte: Registros paroquiais de terras das freguesias de São José e Dores de Alfenas e de São Joaquim da Serra Negra, 1855-56. Arquivo Público Mineiro.

À medida que passaram os anos, tanto as grandes fazendas como as posses médias e pequenas sofreram contínuo processo de parcelamento, resultante de divisões por herança e transações de compra e venda. As imensas sesmarias geraram centenas de “terras”,

¹ Optamos por definir como pequena propriedade as terras com área igual ou inferior a dez alqueires; médias as terras com mais de dez e menos de cem alqueires; grandes as fazendas com cem ou mais alqueires de terras. Infelizmente, a maior parte dos registros de terras pelos párocos não contém informações sobre as áreas das propriedades, o que dificulta a elaboração de quadro preciso da estrutura fundiária do município de Alfenas.

frequentemente pertencentes a muitos donos. As fazendas de Alfenas caminharam na direção de conter grande quantidade de terras em comum, ainda não divididas. Terras em sociedade de parentes e amigos, “terras emboladas” formando o patrimônio de famílias. Também se tornaram comuns proprietários com “sortes de terras” em várias fazendas. Dessa forma, a situação fundiária de Alfenas, na década de 1850, alcançara marcada complexidade, como evidencia a tabela abaixo:

Tabela 2: Número de titulares de “sortes de terras” em fazendas de Alfenas (1856)

Nome da Fazenda	N. de proprietários
Santa Cruz	51
Boa Vista	28
Felix João	26
Serra Negra	25
Cavaco/Coruja	21
Estiva	18
Cascalho	17
Mandaçaia	16
Correnteza	15

Fonte: Registro das terras da Província de Minas Gerais, Freguesia de São Joaquim da Serra Negra, 1855-56. TP-1-215. Arquivo Público Mineiro.

Como eram usadas as terras das fazendas de Alfenas no decorrer do século XIX? As propriedades rurais aproveitavam principalmente as áreas de várzeas, as “baixadas” e as meias-encostas para a lavoura e a pecuária. As roças de cana, milho, feijão, fumo e algodão eram plantadas em terrenos planos e baixos, enquanto a criação de gado vacum aproveitava os campos naturais nos sopés dos morros e nas encostas. Nas elevações dos terrenos, predominavam as matas, exploradas para a retirada de lenha e madeira. A importância das várzeas para os fazendeiros da bacia do Sapucaí pode ser avaliada a partir do que escreveu o memorialista Murilo Lambert (1977, p. 8-9):

O sítio do meu avô era banhado pelo rio das Antas [afluente do Sapucaí Mirim] na parte das vargens, onde todo ano se plantavam arrozais. O rio derramava suas águas na época das chuvas, alagando as vargens de todas as propriedades do município. (...) Quando a enchente acabava, os arrozais viçavam e amadureciam; pareciam fios de ouro a balançar com o vento. Depois vinha a safra do arroz, carros de boi subindo e descendo os vargedos, transportando o arroz para a cidade.

O contínuo crescimento da produção agropecuária refletiu sobre o núcleo urbano do Bairro do Sapucaí. No decurso do século XIX, o povoado recebeu mais moradores, embora em ritmo nada espetacular. No ano de 1832, o lugar foi transformado na freguesia de São José e Dores dos Alfenas, vinculada a Cabo Verde. Nessa ocasião, o distrito de Alfenas,

pertencente ao município de Jacuí, contava com 3.051 habitantes, dos quais 967 eram escravos (Mapa de população de 1835. APM). A elevação à condição de vila demorou quase trinta anos, sendo realizada pela lei provincial de 1860. No ano de 1871, o governo mineiro alterou o nome da cidade para Alfenas (BARBOSA, 1995).

Propriedades rurais de Alfenas nas décadas de 1860 a 1880

No ano de 1874, Bernardo Saturnino da Veiga forneceu descrição sucinta da situação de Alfenas. Nessa década, o território do município incluía os seguintes distritos ou termos: São Sebastião do Areado (atual município de Areado), Carmo da Escaramuça (atual município de Paraguaçu), Douradinho (hoje distrito do município de Machado), São Francisco de Paula do Machadinho (atual município de Poço Fundo), Machado, São Joaquim da Serra Negra (atual município de Alterosa), São João do Barranco Alto (atual distrito de Alfenas) e Serrania. A cidade de Alfenas possuía cerca de trezentas casas, oito ruas e quatro praças, das quais a da Matriz e a do Rosário constituíam o centro da pequena urbe (**Almanach Sul-Mineiro para 1874**, p. 30).

Figura 1 – Localização do município de Alfenas (década de 1870)



Sobre as atividades agropecuárias praticadas no município, o **Almanach** dizia que:

A cultura principal é ainda a dos gêneros alimentícios, fumo, cana, etc. Nos subúrbios [da cidade] há excelentes pastagens de angola e gordura, onde são engordadas inúmeras cabeças de gado vacum, cavalar e muar, especialmente o primeiro que forma o seu mais importante ramo de comércio, e do qual exporta anualmente para o Rio de Janeiro cerca de 4.000 reses (p. 30).

Embora não gerasse “extraordinária exportação” como o gado e o toucinho, o algodão é citado pelo **Almanach** como outro produto que Alfenas comercializava externamente. Referência especial era feita à freguesia de Carmo da Escaramuça, nos seguintes termos: “(...) como indício do lisonjeiro desenvolvimento que vai tendo a indústria da freguesia vêem-se já magníficos tecidos e lã, aliás fabricados nos antigos e grosseiros teares” (p. 33).

Quanto ao importante distrito de Santo Antônio do Machado, o *Almanach* informava que o lugar possuía 14 ruas, 5 becos e 271 casas, onde viviam 1.173 pessoas. Conforme esta fonte:

Dessa freguesia exporta-se anualmente, termo médio, o número de 4 mil rezes gordas que, ao preço de 50\$000 a arroba, soma a quantia de 200 contos de réis. Exporta-se também pelo menos 25 mil arrobas de toucinho, que, ao preço de 5\$000 cada, produzem a soma de 110 contos de réis. Já existem plantados na freguesia 250 mil pés de café, que em grande parte já estão dando frutos, em qualidade igual ao das províncias do Rio e São Paulo, como o tem provado o seu uso (p. 145).

Documentos cartorários da década de 1870 revelam a continuidade da estrutura diversificada da produção agropecuária, herança do período de auge da economia de abastecimento. Por isso mesmo, o cotidiano rural de Alfenas era atravessado por problemas relativos a rebanhos e terras de cultivo. A título de exemplo, arrolam-se a seguir antigas procurações que mostram a importante presença do gado nas propriedades da época. Em 2 de outubro de 1877, João Quintino da Fonseca, morador de Carmo da Escaramuça, contratou um advogado para defendê-lo de ação movida por Francisco Gonçalves Leite, morador de Alfenas, referente a cobrança acerca da venda de um rebanho de porcos (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 67). Em 18 de maio de 1878, Sertório Augusto de Faria e Sá nomeou e constituiu seu procurador o Dr. Severino Eulogio Ribeiro de Miranda, a fim de que pudesse tratar de uma ação civil contra Elias Bonifácio de Miranda para lhe fazer efetiva entrega de 37 rezes que este último tirara de suas capoeiras, ou fazer-lhe o pagamento da quantia de 1:850\$000, além das mais perdas e danos (Cartório do 1º Ofício, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 95-95v). Noutra Procuração, datada de 14 de junho de 1878, Domingos Augusto Ferreira da Silveira reclama de danos e extravios sofridos por seu rebanho e plantações diversas, provocados por seus vizinhos, em decorrência

do descuido com cercas nas propriedades confrontantes (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 97-97v).

As escrituras de compra e venda também fornecem claras indicações da diversificação produtiva que caracterizava as propriedades rurais do município na segunda metade do século XIX. Uns poucos exemplos bastam para ilustrar este ponto. Em 6 de março de 1871, Manoel Galdino do Prado, grande negociante e fazendeiro residente em Alfenas, adquiriu de João Gomes de Azevedo três partes de terras da Fazenda da Estiva, situada a meia légua de Alfenas, pelo preço de 2:500\$000, compreendendo as benfeitorias ali existentes que eram uma casa coberta de telhas, monjolo, rego d'água com o competente açude, roças de arroz, cana e milho (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 0-1). Martinho Gonçalves Leite adquiriu, em 21 de março de 1871, uma propriedade do Major Francisco de Paula Ferreira Lopes Sobrinho e sua mulher pelo preço de 800\$000. Tratava-se de chácara nos subúrbios do distrito de Alfenas, conhecida pelo nome “A Olaria”, composta de capoeiras, campos e com uma fábrica de telhas (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 4-4v). No mesmo ano, Domiciano Ferreira de Carvalho negociou com os irmãos Justino Alves Pedroza e Antônio Justino Alves Pedroza, respectivamente nas datas de 22 de abril e 23 de abril de 1871, a compra de fazendas situadas em Alfenas. De Justino, Domiciano adquiriu, por 8:500\$000, a fazenda denominada Pântano e, de Antônio, Domiciano comprou uma parte de terras de campo e cultura na fazenda denominada Charneca, pela quantia de 550\$000, ambas sem rezes (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 6v-8v). Por sua vez, o Capitão Francisco Vieira Guimarães adquiriu, pelo valor de quatrocentos mil réis, de doze vendedores, todos pertencentes a uma mesma família, uma sorte de terras situadas na Fazenda de São Tomás, no lugar denominado Pinheirinho, distrito de Alfenas, que possuía mais de alqueire e meio e um fundo de brejos, onde existia uma casa de morada, monjolo e rego d'água, roças de arroz, feijão e milho. A referida negociação ocorreu em 13 de Julho de 1871 (Cartório do 1º Ofício, Livro de Protestos nº1, p. 14v-15v). Vê-se, portanto, que nas fazendas alfenenses eram encontradas lavouras de mantimentos, pastagens e atividades industriais tradicionais, combinação típica dos sistemas agrários mineiros do período colonial (MENESES, 2000; CARRARA, 1997).

O recurso aos inventários *post-mortem* abertos no período compreendido entre as décadas de 1860 e 1880 possibilita avançar números para melhor definir a gama de perfis das propriedades rurais de Alfenas. Com a devida cautela, dado o fato de que a pesquisa ainda está em andamento, faremos a seguir algumas inferências relativas a estes assuntos, baseadas

na análise de um conjunto de 65 inventários encontrados no acervo da Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Alfenas, documentos originalmente produzidos pelo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas.

O anexo 1 apresenta quadro das atividades produtivas nas unidades rurais do município de Alfenas mencionadas nos inventários, englobando as informações disponíveis para quarenta e três fazendas de tamanhos bastante variados. O que salta aos olhos é a presença marcante da produção de mantimentos (especialmente de milho, feijão e arroz) e da criação de gado bovino e suíno. As roças de milho estão assinaladas na esmagadora maioria das fazendas, a cana aparece em um terço delas, ao passo que o café é encontrado em pouco mais da décima parte do número total de fazendas. Pastos e gado bovino aparecem em praticamente todas as fazendas, enquanto a criação de suínos é registrada em mais da metade delas. A tabela seguinte apresenta informações sobre as atividades mais destacadas nas fazendas alfenenses da época:

Tabela 3 – Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas (1855-1890)

Atividades	Nº de ocorrências	% sobre o total
Lavouras		
Cana	14	32,6
Milho	35	81,4
Café	6	14,0
Criação de animais		
Bovinos	40	93,0
Suínos	26	60,5
Atividades de transformação		
Fiação e/ou tecelagem	23	53,5
Fabricação de farinhas	20	46,5
Fabricação de açúcar, rapadura cachaça	12	27,9

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Elaboração dos autores.

Na tabela anterior convém notar a significativa presença de atividades de beneficiamento e/ou transformação de matérias primas agrícolas nas fazendas arroladas. Como se pode ver no anexo 1, destacavam-se as aparelhagens necessárias para a fabricação de farinhas (de milho e de mandioca), açúcar, rapadura e aguardente, bem como a permanência da capacidade de fiar e tecer panos grossos de algodão. As rodas de fiar e os teares apareciam em mais da metade das fazendas inventariadas; os monjolos e moinhos apareciam em quase metade das fazendas; os engenhos existiam em um quarto das fazendas e havia alambiques em 10% delas.

A criação de animais representava talvez a maior fonte de renda para as propriedades. Uma prova disto é fornecida pelo inventário de Antônio Ribeiro da Silva, proprietário da

Fazenda Tamanduá, situada no arraial de São Joaquim da Serra Negra. Na relação de bens deste fazendeiro, morto em 1862, cuja soma alcançava 30:138\$690 rs, havia, em dinheiro corrente, a quantia de 756\$250 rs, resultantes da venda de porcos no referido ano (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. de Antônio Ribeiro da Silva, 1862, fls 9v-10v). Os números da pecuária são mostrados na tabela abaixo:

Tabela 4 – Rebanhos em Alfenas (1855-1890)

Rebanho	N. de animais	N. de proprietários	Média de posse	% total de animais
Bovino	694	40	17,35	39,75
Suíno	805	26	30,96	46,11
Equino/Muar	102	28	3,64	5,84
Ovino	145	17	8,53	8,30
Total	1.746	43	-	100

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do termo de Alfenas. Elaboração dos autores.

As médias de bovinos e suínos nas propriedades de Alfenas mostravam-se bem inferiores às de outras áreas do Sul de Minas. Para o termo de Campanha, no período 1850-1867, Marcos Ferreira de Andrade (2008, p. 97) encontrou média de bovinos por fazenda de 77 cabeças. Para a freguesia de Itajubá, no período 1785-1850, Juliano Custódio Sobrinho (2009) obteve as médias: 27,8 para bovinos e 49,2, para suínos. Estes números apenas significam que Alfenas não constituía o pólo mais destacado da pecuária sul-mineira oitocentista.

Quanto ao café, presente em 14% das fazendas arroladas, pode-se dizer que, no período em tela, ele entrava timidamente no município de Alfenas, aparecendo como cultura a mais dentre outras. Em primeiro lugar, convém chamar atenção para a importância das chácaras e das pequenas fazendas na introdução da cafeicultura em Alfenas. Assim, por exemplo, no inventário de Maria Rita Gouvêa, aberto em 2 de setembro de 1873, vê-se que seu viúvo, Joaquim Cassiano de Moraes, possuía uma chácara com uma morada de casas coberta de telhas e quintal, no largo da Matriz na Freguesia de Douradinho, na qual plantara um cafezal de valor estimado em 300\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. de Maria Rita Gouvêa, 1873, fl. 5v). Outra chácara com cafezal era a do Major Francisco Gonçalves Leite, situada no largo da Matriz de Alfenas, que possuía casa coberta de telhas, envidraçada e assoalhada, quintal cercado de muros e plantado com muitos pés de café, avaliada em 3:500\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. do Major Francisco Gonçalves Leite, 1890, fl. 11). Já o inventário de João Corrêa do Nascimento, aberto em 13 de julho de 1888, informa que este proprietário possuía um cafezal maltratado na Fazenda Ribeirão de Santo Antônio, avaliado em 300\$000, bem como plantação de café no

quintal de sua casa coberta de telhas e assoalhada, situada no Arraial de São Sebastião do Areado. Na relação de bens de João Corrêa do Nascimento, há 60 carros de milho no paiol, avaliados em 120\$000, e 50 alqueires de café em coco,² avaliados em 100\$000 – o que indica a fatia de renda relativamente maior que o café gerava para o fazendeiro em comparação com o milho (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. de João Corrêa do Nascimento, 1888, fls. 12 e 15v).

Escrituras e procurações também fornecem elementos confirmadores da participação dos pequenos fazendeiros no alvorecer da cultura cafeeira em Alfenas. É o caso do documento seguinte: José Venâncio de Souza, morador de Alfenas, comprou de Custódio Domingues de Miranda, em 5 de junho de 1871, uma “situação”, nas margens do Ribeirão São Thomé, na Fazenda de mesmo nome, no Distrito de Alfenas, que possuía casa de morada coberta de telhas, cozinha, monjolo, rego d’água e terreiro de secar café, e mais uma sorte de terras divididas em sociedade na mesma fazenda pelo preço de 1:000\$000 (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro de Protestos nº1, p. 11v-12v). Interessante notar que José Venâncio de Souza, sete anos depois desta transação, passou procuração, em 1º de julho de 1878, para agilizar a venda de dois de seus escravos (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 98v). Este último documento é sinal de que a cafeicultura parece ter sido implantada em muitas unidades com o concurso da mão de obra escrava. Casos arrolados no anexo 1 indicam várias outras fazendas alfenenses nas quais a cultura de café certamente empregou mão de obra cativa. Nesse sentido, os indícios trazem força para o argumento de Maria Lúcia Prado Costa, que assevera incisivamente:

Não se pode dizer – a exemplo da história paulista – que houve marcante substituição da mão de obra escrava pela livre na região. Ao contrário. Escravos, libertos, caipiras e italianos irão disputar em condições bastante similares as adversas condições de trabalho e sobrevivência no Sul de Minas, na segunda metade do século XIX (COSTA, 2002, p. 10).

Grandes proprietários, fazendeiros abastados e de enorme prestígio político e social, também tomaram parte na implantação da cafeicultura em Alfenas. Citam-se somente dois casos. O inventário do Capitão Francisco Ferreira de Assis, aberto em 17 de abril de 1875, informa que este rico proprietário possuía plantações avaliadas em 1:900\$000, distribuídos da seguinte forma: a) batatal no valor de 60\$000; b) dois feijoais no valor de 240\$000; c) 2 roças

² O alqueire, antiga medida de volume, era igual a 36, 27 litros antes de 1874, e a 40 ou 50 litros depois desta data.

de milho no valor de 600\$000; d) canavial no valor de 600\$000 e; e) cafezal velho no valor de 400\$000 (Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Inv. do Capitão Francisco Ferreira de Assis, 1875, fls. 10-10v). No caso do Capitão Ferreira de Assis, evidentemente, o café constituía mais uma cultura entre outras desenvolvidas na Fazenda da Conquista. Por sua vez, o Coronel Azarias de Souza Dias parecia mais entusiasmado com a cafeicultura, como se pode depreender da notícia publicada no **Monitor Sul-Mineiro**:

Cultura do Café – O Cel. Azarias comunica ter feito a primeira remessa do café colhido em suas terras, d'onde este ano tirou mais de 2000 arrobas. O distinto fazendeiro diz-nos mais que na importante freguesia do Machado (...) a colheita há de exceder à 6000 arrobas no decorrente ano, e que em breve tempo esse número subirá a elevada soma (**Monitor Sul-Mineiro**, n. 348, 20 de agosto de 1878).

Ainda com relação ao café, uma questão relevante é saber como se faziam a comercialização dos grãos e o financiamento dos cafezais. A este respeito, a documentação compulsada permite inferir algo. Em primeiro lugar, pode-se aventar que parte do financiamento dos cafezais era garantida por capitais de origem local. É o que sugere a procuração passada por Theodoro de Souza Dias. Este senhor, morador do distrito de Machado, em procuração datada de 11 de janeiro de 1876, dava poderes ao Dr. Cândido José Mariano para cobrar de Vicente Ferreira de Oliveira créditos provenientes de um contrato que fez sobre plantações de café (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 26v-27). Em segundo lugar, no que se refere à comercialização do café produzido no município de Alfenas, há razões para acreditar que muito se fazia por meio de intermediários da própria região. É o que aponta o documento seguinte: Antônio Gonçalves de Araújo, morador da Freguesia da Boa Vista do Termo de Alfenas, no dia 28 de abril de 1878, passou procuração a José Augusto Gilli e Antônio de Pádua Pereira Dias para tratar da cobrança do que lhe devia Dona Rachel, francesa, moradora da cidade de Três Pontas. A quantia da dívida referia-se a 40 arrobas de café compradas de Antônio Gonçalves de Araújo por Flávio José Fernandes, em nome de Dona Rachel (Cartório do 1º Ofício, Caixa 1, Livro 1 de Lançamento de Procurações, p. 92-92v). No entanto, para se alcançar maior certeza relativamente a esses temas, as pesquisas sobre transações de comércio e financiamento de café deverão ser aprofundadas.

As fortunas rurais em Alfenas

O anexo 2, relativo à estrutura das fortunas rurais de Alfenas nas décadas de 1870 e 1880, foi construído com base na análise das maiores somas de bens observadas no conjunto de inventários, englobando proprietários que deixaram monte mor bruto igual ou superior a dez contos de réis – 16 inventários (24,6% do total). O exame deste anexo sugere que, entre os proprietários rurais alfenenses, predominava amplamente o tipo de *riqueza velha*, para usar a expressão de Zélia Maria Cardoso de Mello (1990), riqueza esta composta por ativos em terras, escravos e dívidas ativas (créditos fornecidos a terceiros, com ou sem prêmio). Entre os 65 inventários analisados, não há sequer uma só referência a títulos da dívida pública ou ações de companhias na lista de bens dos inventariados, fato que demonstra o apego das famílias alfenenses a bens tangíveis (terras, escravos, gado) e a relações creditícias tradicionais.

A tabela seguinte sintetiza informações sobre a composição das fortunas rurais de Alfenas no período em tela:

Tabela 5 – Estrutura das fortunas rurais de Alfenas (1855-1890)

Ativos/Passivos	Frequência	Menor % sobre o monte	Maior % sobre o monte	% média
Bens de raiz	16	4,1	92,3	40,1
Cativos	14	11,5	85,3	38,1
Semoventes	15	2,0	15,3	5,7
Dívidas ativas	8	0,8	69,0	8,3
Dinheiro corrente	3	2,5	8,8	0,97
Dívidas passivas	11	0,16	25,1	3,8

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do termo de Alfenas. Elaboração dos autores.

Chamam atenção no anexo 2 os itens relativos às dívidas ativas e passivas, que dizem algo sobre a disponibilidade de crédito na economia alfenense. Como se sabe, na economia escravista brasileira, as transações creditícias dependiam das redes de relações sociais construídas pelos agentes econômicos, envolvendo ligações de amizade e parentesco (FLORENTINO e FRAGOSO, 2001). O financiamento dos cafelistas na Zona da Mata mineira, entre as décadas de 1850 e 1890, conforme mostrou Mônica Oliveira (2005), fluiu por meio desses canais. No caso de Alfenas, os inventários do período 1855-1890 mostram duas coisas interessantes: a) a baixa participação das dívidas ativas (créditos a receber) na composição das fortunas rurais; b) o reduzido grau de endividamento (dívidas passivas) dos fazendeiros alfenenses. Ora, a combinação destas variáveis aponta na direção de que os empreendimentos rurais, incluindo suas eventuais expansão e diversificação, dependeram principalmente do autoinvestimento, seja de excedentes gerados pelas atividades agropecuárias, seja de capitais previamente acumulados pelos fazendeiros. O crédito teria circulado pouco no município.

Os valores nominais das dívidas ativas e passivas encontradas nos inventários arrolados, referentes ao período 1855-1890, perfazem cifras relativamente modestas. As dívidas ativas somaram 118:266\$752 rs. As dívidas passivas 27:857\$289 rs. No total, 146:124\$041 rs circularam sob a forma de crédito, com ou sem prêmios. Mesmo supondo que todos estes créditos inventariados tivessem sido destinados à produção agropecuária, há que considerar a exigüidade destes recursos para suportar movimentos mais robustos de expansão da economia no município de Alfenas.³ A implicação disto é que a capacidade de reprodução ampliada das propriedades agrícolas teria esbarrado em limites relativamente estreitos, uma vez que as fortunas encontradas eram inferiores às de outras regiões da Província e do Sudeste.

Considerações finais

Parece fora de dúvida que, no território do antigo município de Alfenas, entre as décadas de 1850 e 1890, a agropecuária diversificada, voltada para o abastecimento do mercado interno, manteve seu predomínio secular. A cafeicultura teria sido introduzida na região como mais uma atividade, com a finalidade de aumentar os rendimentos dos fazendeiros de variadas condições (chacareiros, sitiantes, médios e grandes proprietários). A especialização produtiva em torno do café parece ter sido, portanto, fenômeno tardio na região de Alfenas, algo associado ao cenário do início do século XX muito mais do que às décadas finais do século XIX. Dessa forma, ao cenário econômico do município parece ajustar-se como uma luva a afirmação de Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein (2010, p. 304), referente ao Vale do Paraíba paulista da primeira metade do século XIX: “os produtores de milho e outros ‘alimentos’ ingressaram lentamente na cafeicultura e, enquanto seus cafeeiros amadureciam, provavelmente continuaram a se manter graças à comercialização de produtos tradicionais”. Tomados em conjunto, os dados contidos nos anexos 1 e 2 permitem a construção deste tipo de interpretação para a trajetória da economia agrária de Alfenas na segunda metade do Oitocentos.

No século XIX, diferentemente do caso paulista e da Zona da Mata mineira, o triunfante latifúndio cafeeiro não ditou a regra na vasta área rural de Alfenas e seus distritos. Outra diferença em relação à Zona da Mata parece residir na origem dos agentes responsáveis pela

³ Para se ter idéia disto, vale lembrar que Warren Dean (1977, p. 47) estimou que o custo de formação de um cafezal com 100 mil cafeeiros, por volta de 1850, na região de Rio Claro (SP), incluindo limpeza das terras, plantação e trato até a maturidade da lavoura e implantação de terreiros de secagem e equipamentos de beneficiamento, em cerca de 50:000\$000.

introdução do café. Na Mata, eles foram homens de fortuna que vieram de fora, de zonas vizinhas. No município de Alfenas, tudo indica que os pioneiros da cafeicultura foram proprietários longamente enraizados na região. Fazendeiros muito tradicionais, apegados às formas de “riqueza velha”, homens bastante comedidos no uso do crédito, relativamente pouco capitalizados, que lançaram mão principalmente do capital acumulado pelas famílias nos negócios ligados ao abastecimento.

Fontes

Cartório do 1º Ofício, Comarca de Alfenas:

- Livro 1 de Lançamento das Procuções, Caixa 1.
- Livro de Protestos, nº1, Caixa 1.

Inventários da Vara de Família e Sucessões da Comarca de Alfenas (acervo do antigo Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas)

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. F. *Elites regionais e a formação do Estado Imperial brasileiro: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AYER, A. M. V. Pioneiros desconhecidos. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*, Belo Horizonte, v. XX, 1986.

BARBOSA, W. de A. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

_____. *História de Minas*. Belo Horizonte: Comunicação, 1972. Vol. 1.

CARRARA, A. A. *Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997. (Tese de doutorado em História)

CARVALHO, A. *A freguesia de Nossa Senhora da Assunção do Cabo Verde e sua história: das minas de ouro aos cafezais*. Cabo Verde, MG: Edição do autor, 1998.

CARVALHO, J. R. *História de Machado (1816-1974)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.

COSTA, M. L. P. *Fontes para a história social do Sul de Minas: os trabalhadores de Paraguaçu e Machado (1850-1900)*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2002.

CUSTÓDIO SOBRINHO, J. *Negócios internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira. Itajubá – 1785-1850*. Juiz de Fora: UFJF, 2009. (Dissertação de mestrado em História)

DEAN, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FILLETTO, F. *Trajatória histórica do café na região sul de Minas Gerais*. Lavras: UFLA, 2000. (Dissertação de mestrado em Administração Rural)

FLORENTINO, M.; FRAGOSO, J. L. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, J. L. *Homens de grossa aventura: acumulação mercantil e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

- GOUBERT, P. História local. In: *História & Perspectivas*, Uberlândia, jan./jun. 1992, n. 6, pp. 45-57.
- GRAÇA FILHO, A. A. *A princesa do oeste e o mito de decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.
- LAMBERT, M. *Cambuy: terra dos três João*. Valença, RJ: Editora Valença, 1977.
- LENHARO, A. *As tropas da moderação*. São Paulo: Edições Símbolo, 1979.
- LIBBY, D. C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista, Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, J. H. *Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920)*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.
- LUNA, F. V.; KLEIN, H. S. Escravidão africana na produção de alimentos. São Paulo no século 19. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 295-317, abr./jun. 2010.
- MARCONDES, R. L. *A arte de acumular na economia cafeeira: Vale do Paraíba século XIX*. Lorena, SP: Stiliano, 1998.
- MARTINS, R. B.; MARTINS, M. C. As exportações de Minas Gerais no século XIX. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 58, 1994.
- MELLO, Z. M. C. *Metamorfozes da riqueza*. São Paulo, 1845-1895. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- MENESES, J. N. C. *O continente rústico: abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas*. Diamantina: Maria Fumaça, 2000.
- NOZOE, N.; MOTTA, F. Cafeicultura e acumulação. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 253-320, mai./ago. 1994.
- OLIVEIRA, M. R. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru, SP: Edusc; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- REBELLO, R. M. *O município do Machado até a virada do milênio*. Machado: s. d., 2006. 2 Vols.
- RESENDE, M. E. L. *Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906)*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1982.
- SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e revolução urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 1968.
- SLENES, R. W. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH UNICAMP*, 17, jun. 1985.
- SOARES, M. B. *Muzambinho: sua história e os seus homens*. 1940.
- STEIN, S. J. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- VIEIRA, I. M. *Mandassaia*. Alfenas: Gráfica Atenas, 2002.
- VIEIRA, Ilma Manso. Fazenda Campo Redondo – a saga da família Vieira. *Jornal dos Lagos*, Caderno L, p. 2, 13/12/2008.

ANEXO 1

Atividades produtivas nas fazendas de Alfenas – décadas de 1860 a 1880

Ano	Local	Fazenda	Proprietário(a)	Escravos	Plantações	Criações	Atividades de transformação
1855	Alfenas	Barra Aberta	José Vieira da Fonseca	5	-	1 equino 15 bovinos	1 roda de fiar
1855	São Joaquim	Cachoeira da Mutuquinha	Antônio Joaquim de Toledo	7	Algodão Cana Milho Pasto	3 equinos 4 bovinos 54 suínos	1 alambique 1 descarçador 3 rodas de fiar 1 tear
1855	São Joaquim	São Pedro	Manoel Ferreira de Oliveira	7	Milho Pasto	3 equinos 10 bovinos	-
1860	Alfenas	Gambé	Antônio Bernardes da Silva	-	Cana Milho Pasto	30 bovinos	-
1860	Santo Antônio do Machado	Agualima	José Gonçalves Lopes	11	Milho Mandioca Pasto	17 bovinos 28 suínos	-
1862	Carmo da Escaramuça	Mandagualiz	José Rodrigues da Costa	2	Milho Pasto	5 carneiros 7 equinos 5 bovinos	2 rodas de fiar
1862	Alfenas	Coroadó	Dr. Amélio Eugênio Silverts	4	Milho Pasto	8 equinos 6 bovinos	-
1862	Alfenas	Pitangueiras	Manoel José Ferreira	5	Milho Pasto	2 equinos 4 bovinos 6 suínos	1 monjolo 2 rodas de fiar
1862	Santo Antônio do Machado	Cafundó	José Bento de Almeida	7	Milho Pasto	5 carneiros 18 equinos 19 bovinos 53 suínos	1 roda de fiar 1 tear 1 descarçador 1 monjolo
1862	Alfenas	Rio Claro	Manoel Silvério da Silva	11	-	-	-
1862	Santo Antônio do Machado	Vargem Grande do Machadinho	José Paulino da Costa	18	Cana Milho Pasto	5 equinos 25 carneiros 35 bovinos 91 suínos	1 tear 1 tenda de ferreiro 1 moinho 1 engenho

1862	São Joaquim	Santa Cruz	Francisco Antônio dos Santos	12	Cana Milho Pasto	1 equino 44 bovinos	1 debulhador 1 monjolo 1 moinho
1862	São Joaquim	Tamanduá	Antônio Ribeiro da Silva	15	Algodão Arroz Cana Milho Pasto	1 equino 27 bovinos 60 suínos	1 tear 1 tenda de ferreiro 1 monjolo 1 moinho
1868	Alfenas	São Tomé	Ana Rosado Viterbo	7	Arroz Milho Pasto	1 carneiro 1 bovino 4 suínos	Monjolo
1873	São Joaquim	Cachoeira	Justino José de Faria	3	-	5 carneiros 8 bois de carro	1 engenho 1 roda de fiar 1 tear
1873	Carmo da Escaramuça	Taquari	Joaquim Rodrigues de Souza	-	Milho Feijão	4 equinos 14 bovinos 16 suínos	2 rodas de fiar 1 tear
1873	Conceição da Boa Vista	Cachoeirinha	Francisco da Silva Figueiredo	9	Cana Milho Algodão Arroz	1 equino 8 bovinos	3 rodas de fiar 1 tear 1 engenho
1873	São Joaquim	Cambuhy	Isaías Ribeiro da Silva	4	Cana Milho	2 equinos 6 carneiros 35 suínos 48 bovinos	1 tear 1 engenho 1 alambique
1873	São Joaquim	Córrego Fundo	Francisco Gregório Dias	4	-	6 carneiros 3 bovinos 15 suínos	1 roda de fiar
1873	Alfenas	Campo Grande	Francisca Pereira do Carmo	2	-	3 suínos	1 roda de fiar 1 monjolo
1874	São Francisco do Machadinho	Poço Fundo	Joaquim José Ferreira	5	Milho	2 equinos 6 bovinos 32 suínos	-
1874	Alfenas	Lambari	José Jacinto Correia	-	Fumo Milho	4 equinos 14 bovinos	1 roda de fiar 1 monjolo
1874	Barranco Alto	Cressiuma	Constantino José Ribeiro	8	Cana Mandioca Algodão	7 carneiros 8 bovinos 29 suínos	2 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo

							1 roda de mandioca
1874	São Joaquim	Rio Claro	Antônio Corrêa Lourenço	1	Milho Pomar	2 carneiros 3 bovinos 15 suínos	1 tear
1875	Alfenas	Água Limpa	Manoel Gonçalves da Costa	4	Cana Café Milho	2 equinos 6 carneiros 8 bovinos	2 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo 1 moinho 1 engenho 1 alambique 1 engenho de serra
1875	Carmo da Escaramuça	Posse Bonita	Manoel Antônio de Souza	15	Arroz Feijão Fumo Milho	2 equinos 6 carneiros 11 bovinos 62 suínos	5 rodas de fiar 1 tear 1 monjolo
1875	São Francisco do Machadinho	Conquista	Capitão Francisco Ferreira de Assis	19	Batata Cana Café Feijão Milho Pomar	3 equinos 9 carneiros 126 suínos 130 bovinos	1 moinho 1 engenho 1 monjolo 1 roda de mandioca
1875	Alfenas	Ponte Alta do Campo Grande	Francisco Ferreira de Jesus	2	Milho Pastos	2 equinos 5 carneiros 24 suínos 30 bovinos	1 tear
1875	Alfenas	Mato Dentro	José Esteves dos Santos	3	Arroz Milho Pomar	12 bovinos 33 suínos	1 monjolo 1 moinho 1 tear
1875	São Sebastião do Areado	Taquarassu	José Martins Novaes	-	Milho Pasto	6 bovinos 16 suínos	1 monjolo
1875	Divisa	Pantaninho	José Gonçalves de Siqueira	9	Algodão Milho Pasto	4 equinos 12 carneiros 20 bovinos 41 suínos	4 rodas de fiar 1 tear 1 máq. de costura
1887	Barranco Alto	Glória	Azarias Cardoso Machado	3	Cana Café Milho	13 equinos 12 vacas 1 suíno	1 monjolo 1 engenho

1887	Conceição da Boa Vista	Boa Vista	Ana Emília de Jesus	2	Pasto	13 bovinos	-
1887	São Sebastião do Areado	Serra dos Silveiras	José Joaquim da Silveira	1	Café Milho	1 equino 13 bovinos	-
1888	Alfenas	Bruacas	Francisco Machado Beltrão	-	Pasto	2 equinos 2 bovinos	-
1888	São Sebastião do Areado	Ribeirão Santo Antônio	José Corrêa do Nascimento	-	Café Milho Pomar	2 equinos 31 carneiros 37 bovinos 27 suínos	1 roda de fiar 1 tear 1 monjolo 1 engenho
1888	São Sebastião do Areado	Serra	Antônio Annorelli (italiano)	-	Milho	2 equinos 2 bovinos 8 suínos	-
1888	Alfenas	Posses	Manoel Antônio dos Santos	-	Cana Milho Pomar	8 bovinos	1 tear 1 monjolo 1 moinho 1 engenho
1888	São Joaquim da Serra Negra	Santo Amâncio	Silvestre José da Silva Borges	3	Milho Pasto	1 equino 7 carneiros 32 bovinos	-
1889	Alfenas	Paivas	José Antônio de Albuquerque	-	Milho Pastos	1 equino 14 bovinos 13 carneiros 24 suínos	-
1889	São Sebastião do Areado	Contendas	José Gonçalves da Silva	-	Cana Café Milho	8 bovinos 1 suíno	2 monjolos 1 engenho
1890	Conceição da Boa Vista	Muzambinho	Manoel Gonçalves da Costa	-	Cana Milho Mandioca Pasto	3 equinos 1 suíno 10 bovinos	1 moinho 1 engenho 1 alambique 1 máq. de ralar mandioca
1890	São Joaquim da Serra Negra	Correnteza	Pedro José de Araújo	-	Café Milho Pasto	2 equinos 9 bovinos	1 monjolo

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Elaboração do autor.

ANEXO 2

Fortunas rurais de Alfenas 1860 a 1880

Inventariado(a)	Monte mor	Bens de raiz		Cativos		Semoventes		Dívidas ativas		Dinheiro corrente		Dívidas passivas	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
José Bento de Almeida	10:651\$350	2:003\$750	18,8	6:630\$000	62,2	1:162\$560	10,9	169\$000	1,6	265\$000	2,5	175\$200	1,6
Manoel Silvério da Silva	10:850\$000	1:600\$000	14,7	9:250\$000	85,3	-	-	-	-	-	-	35\$000	0,32
Luiza Maria de Jesus	27:673\$810	10:340\$000	37,0	14:900\$000	54,0	974\$000	3,5	-	-	-	-	880\$680	3,2
Francisco da Silva Figueiredo	14:502\$738	597\$000	4,1	8:750\$000	60,3	312\$000	2,2	4:381\$618	30,2	-	-	407\$970	2,8
Isaías Ribeiro da Silva	15:275\$900	9:000\$000	58,9	3:680\$000	24,0	2:174\$000	14,2	-	-	-	-	-	-
Teresa Jesuína Ferreira Vieira	10:658\$000	6:650\$000	62,4	2:100\$000	19,7	994\$000	9,3	-	-	-	-	-	-
Constantino José Ribeiro	15:975\$500	5:900\$000	36,9	6:500\$000	40,7	325\$000	2,0	-	-	-	-	1:077\$410	6,7
Manoel Antônio dos Santos	11:029\$500	10:180\$000	92,3	-	-	296\$000	2,7	-	-	-	-	592\$900	5,4
José Gonçalves de Siqueira	14:229\$000	3:810\$000	26,8	7:550\$000	53,1	2:179\$000	15,3	108\$000	0,8	-	-	1:906\$410	13,4
Delfina Cândida de Avelar	19:533\$380	4:561\$000	23,3	12:080\$000	61,8	1:010\$000	5,2	579\$230	3,0	-	-	-	-
Antônio Ribeiro da Silva	30:138\$690	8:137\$500	27,0	15:224\$820	50,5	1:157\$000	3,8	1:645\$910	5,5	2:659\$400	8,8	50\$000	0,17
Major Francisco Gonçalves Leite	31:634\$180	8:000\$000	25,3	-	-	1:057\$000	3,3	21:838\$340	69,0	-	-	50\$000	0,16
Ana Tereza de Souza	45:153\$235	28:013\$290	62,0	14:050\$000	31,1	2:020\$000	4,5	-	-	-	-	-	-

Gertrudes Maria de Jesus	30:941\$200	16:600\$000	53,7	10:600\$000	34,3	1:193\$000	3,9	2:050\$000	6,6	-	-	7:766\$470	25,1
Capitão Francisco Ferreira de Assis	194:079\$508	68:819\$000	35,5	22:250\$000	11,5	8:192\$000	4,2	29:951\$858	15,4	63:823\$000	4,2	-	-
José Esteves dos Santos	12:297\$000	8:280\$000	63,3	2:650\$000	21,5	845\$000	6,9	-	-	-	-	236\$390	1,9

Fonte: Inventários do Juízo de Órfãos e Ausentes do Termo de Alfenas. Elaboração do autor